



Rio Grande do Sul: Pauta de reivindicações unificada já está com os patrões



A pauta unificada de reivindicações dos sindicatos de vigilantes do Rio Grande do Sul já está em mãos dos representantes da entidade patronal. Ela foi protocolada nesta quarta-feira no Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp), na capital, nesta quarta-feira, juntamente com a solicitação do agendamento das reuniões de negociação desta campanha salarial.

Com 45 itens, a pauta reúne as cláusulas discutidas pela direção de 15 dos 16 sindicatos de vigilantes do Estado, mais as sugestões aprovadas nas assembleias que todos realizaram. O Sindivigilantes do Sul fez seis assembleias, uma na capital, em duas sessões (manhã e noite) e

cinco no interior do Estado.

Houve ainda mais uma assembleia, em Veranópolis, que aprovou a mesma proposta para ser apresentada à outra entidade patronal, o Sinesvino. Os sindicatos, agora, aguardam a resposta sobre o começo das reuniões de negociação. Muitas cláusulas visam proteger os trabalhadores dos efeitos da reforma trabalhista, mas é preciso muita mobilização da categoria para que isso prevaleça ao final.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Votação da reforma da Previdência é adiada. Oposição comemora

Líder do PT diz que adiamento é derrota para o governo e reflete reação de opositoristas no Congresso e de movimentos sociais e sindicatos nas ruas



Depois que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) anunciou oficialmente, no início da tarde, que a reforma da Previdência só terá condições de ser votada em fevereiro, os opositoristas passaram a comemorar. A avaliação feita por eles e pelo líder do PT, Carlos Zarattini (SP), é que a medida é resultado do trabalho dos partidos da oposição e da pressão de movimentos sociais e

entidades dos trabalhadores.

“Fizeram tudo o que era possível, jogaram todas as fichas e não conseguiram chegar aos 308 votos necessários. Cada vez mais a população está ciente de que mesmo com uma propaganda absurda, a reforma vai prejudicar a todos”, disse Zarattini.

Para o líder petista, a demora da base aliada e do próprio Palácio do Planalto em anunciar o

adiamento da votação foi para prestar contas ao mercado financeiro. Contudo, ele alertou que, caso os líderes e o próprio presidente insistissem na votação ainda este ano, poderiam “incendiar o país”.

“Temos aqui no Congresso pessoas fazendo greve de fome contra a reforma, manifestações em todo o país e os sindicatos de várias categorias preparados para parar as atividades a partir da próxima semana. Não é justo continuar com um clima de tensão e instabilidade desse nível”, afirmou.

Zarattini também disse que não acredita em uma votação da reforma no próximo ano. Segundo ele, os parlamentares vão retornar de um período de recesso do Legislativo mais próximos de suas bases eleitorais, que já têm deixado claro que não concordam com a proposta.

“Além disso, o governo teria de fazer um outro projeto para conseguir negociar itens com os deputados e senadores que estão indecisos e isso vai demandar tempo. Achamos pouco provável a votação a matéria em fevereiro”, ressaltou.

Provável retomada

Por volta das 14h30, Rodrigo Maia anunciou que sua previsão é de dar início à discussão da proposta em 5 de fevereiro, de forma que a votação propriamente aconteça em 19 de fevereiro. O presidente da Câmara disse reconhecer que o ideal seria votar a matéria agora, mas está cumprindo, com o adiamento, o que foi acertado anteriormente com Temer, ministros e líderes governistas, de que o texto só teria apreciação iniciada se fossem garantidos os votos suficientes para sua aprovação – o que não aconteceu.

“Até lá teremos os 308 votos necessários. Sabemos que se a votação acontecer até a

próxima semana correremos riscos, mas até lá acredito que teremos uma boa margem (de votos favoráveis)”, desconversou, depois de reconhecer a falta de apoio à proposta. Rodrigo Maia, entretanto, confirmou que a leitura do relatório será feita hoje, pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA)

“Se votarmos a Previdência em fevereiro, março ou abril, teremos condições de tirar esse assunto do processo eleitoral”, disse. De acordo com o parlamentar, mesmo com a quantidade insuficiente de votos obtida depois de mais de três semanas de apelos do governo junto aos deputados, não teria havido uma derrota para o Executivo. “Deixar de votar não é uma derrota. Ruim será se pusermos a matéria em votação e formos derrotados”, explicou.

Ficou acertado que a leitura a ser feita até o fim do dia no plenário da Câmara, pelo relator, será de 99% da emenda aglutinativa, com as alterações feitas no texto no último mês, a pedido do governo. O restante será apresentado até fevereiro, na parte referente a uma regra de transição para servidores públicos que ingressaram até 2003 se aposentarem com salário integral e com paridade em relação aos servidores da ativa.

Fonte: Rede Brasil Atual

Centrais mantêm estado de greve mesmo com recuo do governo

Jornada de lutas e muita pressão nos parlamentares continuam sendo ações prioritárias da CUT e demais centrais para barrar votação da reforma da Previdência



Mobilização da Classe Trabalhadora continuará mesmo com adiamento da votação da Reforma da Previdência

Mesmo com a confusão entre os auxiliares do golpista e ilegítimo Michel Temer (PMDB-SP) sobre se vota ainda este ano ou não a nova proposta de reforma da Previdência, a CUT e demais centrais vão intensificar a pressão nos deputados e deputadas para impedir a aprovação do que o presidente da CUT, Vagner Freitas, chama de “famigerada proposta de Temer”.

O principal consenso da reunião das centrais sindicais (CUT, CTB, CSB, Força Sindical, NCST, UGT, CSP Conlutas, Intersindical, CGTB), realizada

nesta quinta-feira (14) na sede da CUT, em São Paulo, foi: se botar para votar, o Brasil vai parar!

E não adianta tentar confundir os trabalhadores e trabalhadoras mudando e negando ao mesmo tempo a data de votação, alerta Vagner, que lembra: “mesmo internado no hospital, Temer não perdeu a maldade e continua pressionando os parlamentares em defesa da proposta”.

Vagner destacou ainda o desespero do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que foi à televisão dizer que os deputados têm

que votar ainda esse ano, contrariando a fala do senador Romero Jucá (PMDB-RO) que, minutos antes, havia dito que só eles (governo) só votariam em 2018. Segundo Vagner, só com muita mobilização da classe trabalhadora “é que podemos engavetar de vez a proposta que eles chamam de reforma e é, na verdade, uma medida que vai acabar com a aposentadoria”.

“Estamos em estado de greve permanente! A jornada de lutas vai ser maior e a pressão nos deputados também. Temos que ir para os aeroportos, nas zonas eleitorais, nos bairros, na Câmara dos Deputados, estampar as carinhas deles nos postes, nas redes sociais e em cartazes dizendo que não vão se eleger se votarem a favor dessa proposta famigerada”, destacou Vagner.

Além de continuarem com as mobilizações contra a reforma da Previdência, a CUT e as demais centrais irão orientar os sindicatos de todo o país a ampliar o diálogo com a classe trabalhadora. Isso porque, todos têm de saber que o governo não abriu mão de votar a proposta que acaba com a aposentadoria ainda esse ano e é preciso ficar mobilizado e atento.

É o que alertou o secretário-geral da CUT Nacional, Sérgio Nobre. Segundo ele, “governo está ameaçando governadores e prefeitos com a retirada de recursos caso seus deputados não votem a favor da proposta”.

Sérgio também lembrou que até os empresários, os maiores interessados nas reformas de Temer, estão ameaçando com a retirada de financiamento nas campanhas eleitorais de 2018, se os parlamentares não votarem ainda esse ano a reforma da Previdência.

“Isso prova que o governo não desistiu da votação e a gente não pode subestimar a capacidade dos golpistas de fazer maldade”, diz Sérgio, que completa: “Ninguém esperava que eles fossem destruir a legislação trabalhista e eles destruíram. Eles são capazes de destruir também o sistema da previdência”.

Ainda nesta quarta (14), o relator da proposta, que acaba com a aposentadoria, Arthur Maia (PPS-BA) irá ler o texto no plenário da Câmara dos Deputados e o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), vai abrir as discussões e, possivelmente, votar na próxima semana. Caso não consigam os votos, a pauta poderá ficar para o começo de 2018.

“A classe trabalhadora tem que intensificar a pressão, porque o governo não tem hoje os 308 votos necessários porque estamos pressionando em todos os lugares. A pressão é de fundamental importância”, alertou Sérgio.

“Se colocar em votação a Reforma da Previdência ainda esse ano ou no ano que vem o Brasil vai parar, este é um compromisso de todas as centrais sindicais”, frisou Nobre.

A reunião contou com a participação de diversas categorias, entre elas, o Sindicato dos Condutores e do Sindicato dos Metroviários. Ambas reafirmaram o compromisso de parar caso a Reforma da Previdência entre em votação.

Fonte: CUT